

Definidos os presidentes das comissões no Senado

Francisco Câmpera
de Brasília

Após um mês das eleições do Senado, somente ontem foram definidos pelos partidos os nomes dos presidentes das sete comissões permanentes. A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), a mais disputada, ficou com o senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), ligado ao governador cearense Tasso Jereissati. Na CAE será discutido, por exemplo, o limite de endividamento de estados e municípios, item da Lei de Responsabilidade Fiscal que os prefeitos querem mudar.

O PMDB indicou José Alencar (MG) para a Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI). O senador mineiro — que é do grupo do governador de Minas Gerais, Itamar Franco (PMDB) — ficou surpreso com a indicação, porque ele não se candidatou ao cargo. Alencar vai assumir a comissão e presidir ainda nesta semana a discussão da série de acidentes na Petrobras, principalmente o afundamento ocorrido ontem da plataforma de Campos (RJ).

Na CI e na CAE, os senadores vão analisar o modelo de privatização do setor elétrico. Alcântara é a favor da privatização e Alencar, contra. O tucano pretende estimular a discussão sobre as tarifas cobradas pelas concessionárias do setor, consideradas por ele muito caras. “Antes da privatização deveremos deixar uma política clara de tarifas que não prejudique o consumidor”, disse Alcântara.

José Alencar defende que o setor

privado participe da ampliação do setor elétrico, mas sem vender as estatais. O senador mineiro poderá ser obstáculo na aprovação de projetos do governo porque é um nacionalista convicto. “Nunca houve no País uma transferência tão grande de capitais do setor produtivo para o sistema financeiro internacional,” disse.

Sobre o setor de saneamento básico, Lúcio Alcântara se define como um municipalista. Ele defende que a titularidade da exploração fique com os municípios, mas admite algumas brechas. “Se o município não tem condições de assumir o serviço, ele pode fazer uma parceria com o estado, por exemplo.”

No PFL, Bernardo Cabral (AM) foi confirmado para assumir a Comissão de Constituição de Justiça, que antes foi reivindicada por Antonio Carlos Magalhães (BA). A Comissão de Assuntos Sociais ficou com Romeu Tuma (PFL-SP).

O senador Lúdio Coelho (MS) foi o único tucano a se candidatar à Comissão de Educação, que entre outras atribuições, delibera sobre concessões de emissoras de rádio e TV.

O PMDB ainda ficou com Fiscalização e Controle, e Ney Suassuna (PB) será o presidente. Suassuna disse que vai reabrir o caso do ex-secretário geral da Presidência da República, Eduardo Jorge, suspeito de envolvimento nos desvios de recursos do Fórum Trabalhista de São Paulo. A oposição escolheu Jefferson Peres (PDT-AM) para a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

GAZETA MERCANTIL

21 MAR 2001